

Baseado na conferência Infra Sul GRI 2024

O papel das PPPs no desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina

JULHO, 2024

REDAÇÃO: BELÉN PALKOVSKY
DIAGRAMAÇÃO: MARCOS FRANCIOZI

GRI Club
— INFRASTRUCTURE

REPORT

Conteúdo

- Introdução
- Rio Grande do Sul: Impacto das enchentes
- Paraná: Um exemplo a ser seguido?
- Santa Catarina: PPPs e o desafio da mobilidade
- Infraestrutura resiliente: Muito além de enchentes
- Integração multimodal: Ainda longe da realidade?
- Implicações na queda do bônus demográfico
- Saneamento e universalização: No caminho para 2033?
- Como garantir a eficiência na infraestrutura social?
- PPPs não é facilities e requer ampla coordenação



INTRODUÇÃO

A região sul do Brasil, composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é amplamente conhecida pela sua robustez econômica e diversidade climática, o que favorece uma das principais atividades da região: a agricultura.

Na edição 2024 da conferência Infra Sul GRI, promovida pelo GRI Club Infra, mais de 60 executivos, investidores e representantes públicos, incluindo o Governador do Paraná, Carlos Roberto Massa Ratinho Junior, se reuniram para discutir questões-chave que permeiam a região, visando ampliar a colaboração entre setores a fim de garantir a aceleração no desenvolvimento da infraestrutura e o alcance da eficiência energética, levando em consideração que o valor da carteira federal para a região supera os R\$100 bilhões.

Em virtude dos últimos acontecimentos envolvendo enchentes e estiagens, muitas das sessões trataram em profundidade o assunto das mudanças climáticas, transição energética e infraestrutura resiliente.

Outros temas relevantes do encontro incluíram: mobilidade, com foco em concessões ferroviárias e rodoviárias; desafios demográficos da região, como a projeção da diminuição da mão de obra nos próximos anos; e a inovação de PPPs na área da saúde e da educação como uma estratégia para aumentar a qualidade dos serviços prestados à população.

Ao longo deste relatório, aprofundaremos nas contribuições mais relevantes da conferência, sendo que, em breve, um relatório específico sobre a reconstrução do Rio Grande do Sul será adicionalmente disponibilizado.



RIO GRANDE DO SUL: IMPACTO DAS ENCHENTES

Os eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul tiveram amplo protagonismo ao longo de toda a conferência. Após períodos de estiagem, a região sofreu o que alguns dos presentes chamaram de “tsunami climático”, provocando o aumento do nível dos rios e inundando cidades inteiras, na pior catástrofe ambiental da história do estado.

Ao todo, 478 municípios gaúchos foram diretamente afetados pelas enchentes, com mais de duas milhões de pessoas atingidas, sendo que 31 continuam desaparecidas e 180 morreram no desastre.

Em paralelo, os danos à infraestrutura do estado também foram expressivos. O sistema ferroviário teve mais de 50 pontos interditados, enquanto pontes centenárias foram levadas pela correnteza e estações de tratamento de água precisaram pausar o abastecimento de aproximadamente 906.000 imóveis.

A CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento), recentemente privatizada, teve que responder rapidamente à crise, movimentando recursos para restabelecer o abastecimento.

Tanto executivos como entidades públicas concordam que a releitura do planejamento urbano - incluindo a adoção de infraestrutura resiliente e estratégias de redução de danos - é urgente, não apenas na região sul, mas no Brasil como um todo.

Por ser um tópico extenso e com muitos desdobramentos, o GRI Club irá providenciar um relatório específico sobre a reconstrução do Rio Grande do Sul, com foco nas PPPs e concessões que tornarão esse processo mais eficiente.



PARANÁ: UM EXEMPLO A SER SEGUIDO?

O estado do Paraná ganhou amplo destaque, tomando o lugar de pioneiro em termos de infraestrutura resiliente, combate às mudanças climáticas, investimento em tecnologia inovadora e modelagem de concessões. Além disso, foi eleito por três vezes consecutivas **o estado mais sustentável do Brasil** e recebeu reconhecimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como um exemplo de proporção global.

Algumas das alternativas mencionadas pelos executivos como possíveis formas de conter o impacto das mudanças climáticas a nível global já estão sendo implementadas no estado há anos. Dentre elas, foram notadas:

➤ PARQUES URBANOS E REFÚGIOS FLORESTAIS



Curitiba, capital do Paraná, conhecida por ser a cidade com maior número de parques urbanos no Brasil, foi projetada para absorver volumes de água além do normal durante enchentes. Ao todo, são **65 parques** operando no estado e mais **15 projetos** prontos para serem iniciados no segundo semestre de 2024.

Além disso, o estado tem criado refúgios florestais para combater o aquecimento nas cidades, uma medida crucial considerando o acréscimo de 1,5 graus Celsius na temperatura média da região.

➤ MEDIDAS DE PROTEÇÃO EM REGIÕES-CHAVE, COMO A MATA ATLÂNTICA



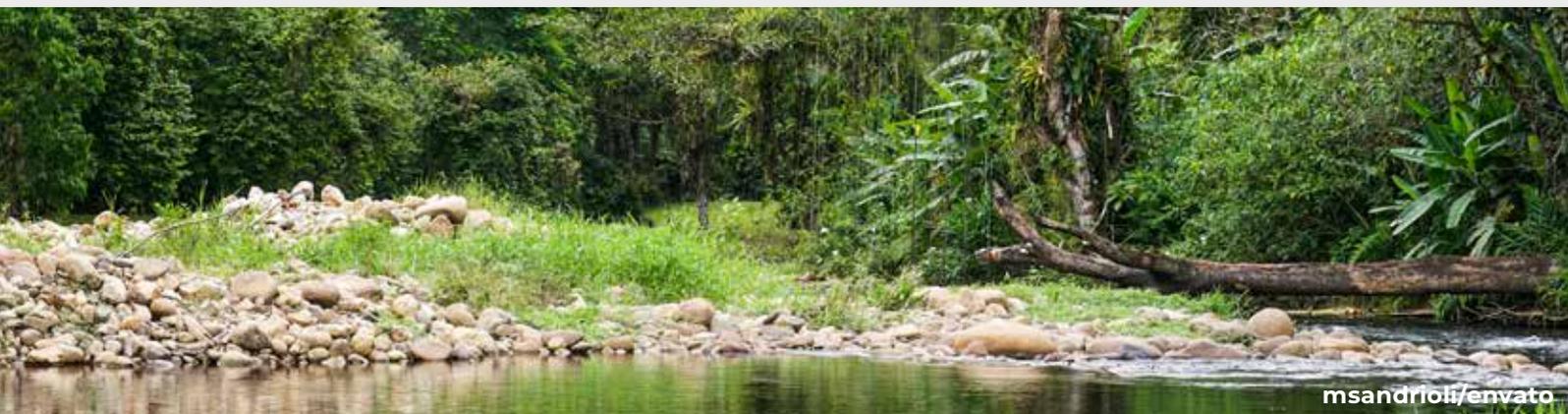
Um rigoroso sistema de fiscalização ambiental que contempla diversas multas e infrações contribuiu para tornar o Paraná o estado que mais diminuiu o desmatamento da Mata Atlântica nos últimos anos, segundo o **SOS Mata Atlântica**.

➤ PESQUISA E TECNOLOGIA



Uma parceria da Fundação Araucária, o Instituto Água e Terra (IAT) e o SIMEPAR, órgão que estuda o clima na região sul, juntou mais de **50 cientistas** para estudar as mudanças climáticas desde a década de 1970, projetando um investimento de **R\$90 milhões** nos próximos anos em tecnologia voltada à modernização de satélites e estações de monitoramento climático que, por sua vez, terão impactos positivos na agricultura.

➤ PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA



O **equivalente a 20%** do fundo de infraestrutura destinado à agricultura será utilizado na remuneração de **pequenos e médios agricultores** a fim de incentivar quem preserva ativamente a Mata Atlântica e as nascentes de água na região, garantindo um zelo maior pela mata nativa e a manutenção das microbacias hidrográficas.

➤ SEGURANÇA JURÍDICA NAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS



No âmbito das **concessões rodoviárias**, o Paraná se destacou entre os investidores devido à robustez e segurança jurídica de seus projetos. As modelagens - desenvolvidas em conjunto com o Governo Federal e a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) - têm um foco particular na mitigação de riscos e são aprimoradas continuamente.

O programa de concessões do Paraná, um dos maiores do país, abrange aproximadamente **3.3 mil quilômetros** de rodovias, com cerca de **2 mil quilômetros** destinados à duplicação. O programa está dividido em seis blocos, dos quais dois foram concluídos no ano passado e mais dois blocos estão previstos para irem a leilão este ano.

SANTA CATARINA: PPPs E O DESAFIO DA MOBILIDADE

A governança e a gestão de PPPs em Santa Catarina, embora conduzidas pela Secretaria da Fazenda, passaram a contar com a participação da **SCP** na modelagem e estruturação dos projetos. A entidade, além de liderar iniciativas que visam atrair mais investimentos para o estado, tem ampliado a eficiência do setor.

Na carteira de 2024, com cerca de **15 projetos** qualificados e CAPEX estimado entre **R\$5 - 7 bilhões**, algumas iniciativas destacadas são:

- Concessão do Aeroporto de Jaguaruna;
- Concessão do Complexo Prisional de Blumenau;
- Construção de um túnel submerso que liga as cidades de Itajaí e Navegantes.

Além disso, estão sendo desenvolvidas iniciativas sustentáveis, como a geração de biocombustíveis por meio de resíduos em aterros sanitários (a unidade de tratamento será inaugurada nos próximos meses) e a geração elétrica baseada em adutoras de água, uma forma de aproveitar a infraestrutura já existente e otimizar recursos.



Contudo, ainda existem desafios notáveis na infraestrutura, especialmente no **tratamento de esgoto** e na **mobilidade** no estado.

Se comparada aos níveis de desenvolvimento socioeconômico da região, a taxa de tratamento de esgoto é baixa, sendo amplamente necessária a cooperação privada para melhorar a situação.

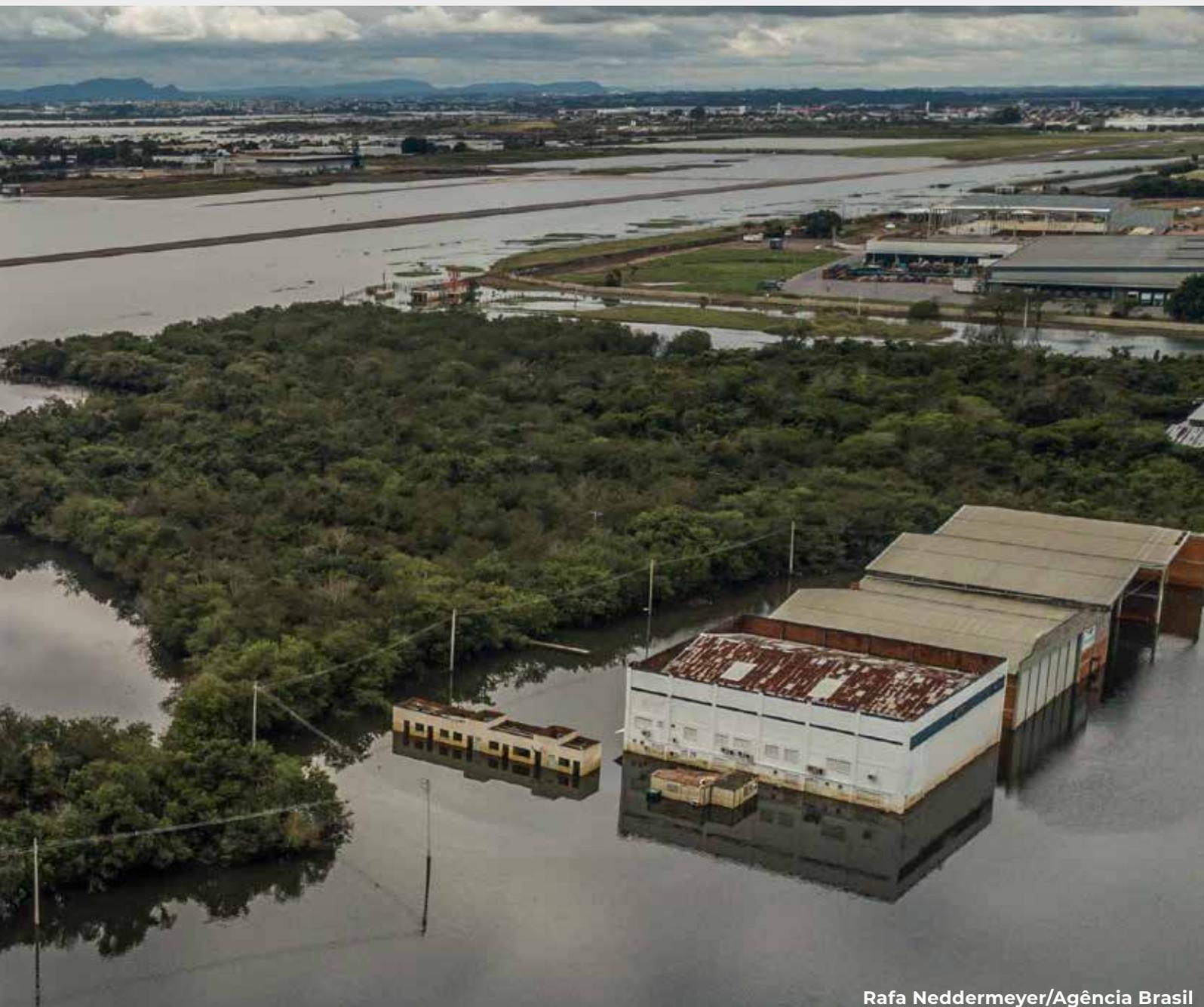
Já a malha ferroviária se encontra com aproximadamente **50%** do total construído fora de operação (610 km dos 1200 km existentes), o que afeta negativamente o transporte de grãos e outros produtos agrícolas, prejudicando a competitividade da região. Atualmente, o projeto de criação de uma plataforma que ligue as cidades de **Chapecó e Correia Pinto** está sendo discutido, mas ainda há bastante incerteza sobre prazos e os detalhes da concessão.



INFRAESTRUTURA RESILIENTE: MUITO ALÉM DE ENCHENTES

As estiagens e as enchentes no Rio Grande do Sul estão longe de ser ocorrências isoladas: a imprevisibilidade climática, potencializada pelo aquecimento global, tem crescido ao redor do globo, alterando padrões pluviiais, prejudicando a agricultura e interrompendo o abastecimento de água em diversas regiões.

Nesse contexto, surge a necessidade de planejar a infraestrutura de forma resiliente, aliando o crescimento econômico à sustentabilidade e colocando a pauta climática como tópico central nas agendas de todos os setores. A pergunta que fica é: **quem vai pagar por isso?**



Embora os prejuízos humanos sejam infinitamente maiores quando ocorre esse tipo de desastre, cabe destacar que existem também as consequências socioeconômicas, geralmente mais abrangentes e duradouras, que afetam toda a cadeia de produção. No Rio Grande do Sul, operações portuárias e agropecuárias paradas prejudicam o abastecimento do país inteiro, impactando significativamente a Receita Federal.

Durante a conferência, executivos pontuaram que existe uma tendência do setor de tratar essas questões pensando somente no CAPEX, sem aprimorar modelos de planejamento e regulação que se tornam cruciais uma vez que o problema está instaurado. O desafio, nesse sentido, é o compartilhamento adequado de riscos e a segurança jurídica para ambas as partes (público e privado).

Alguns exemplos bem-sucedidos - como as modelagens de concessão no estado do Paraná, elogiadas pela sua robustez e equilíbrio, e a abordagem global da Maersk com foco na resiliência climática, com a inauguração do primeiro terminal de contêineres 100% elétrico da América Latina, em Pernambuco - surgem como possíveis modelos a serem copiados.

Contudo, uma abordagem sistêmica, que atenda à resiliência climática como um tópico transversal e descentralizado que afeta todos por igual, é vista pelos presentes como crucial para manter a competitividade econômica da região e garantir a continuidade dos serviços essenciais, mesmo diante de eventos extremos.

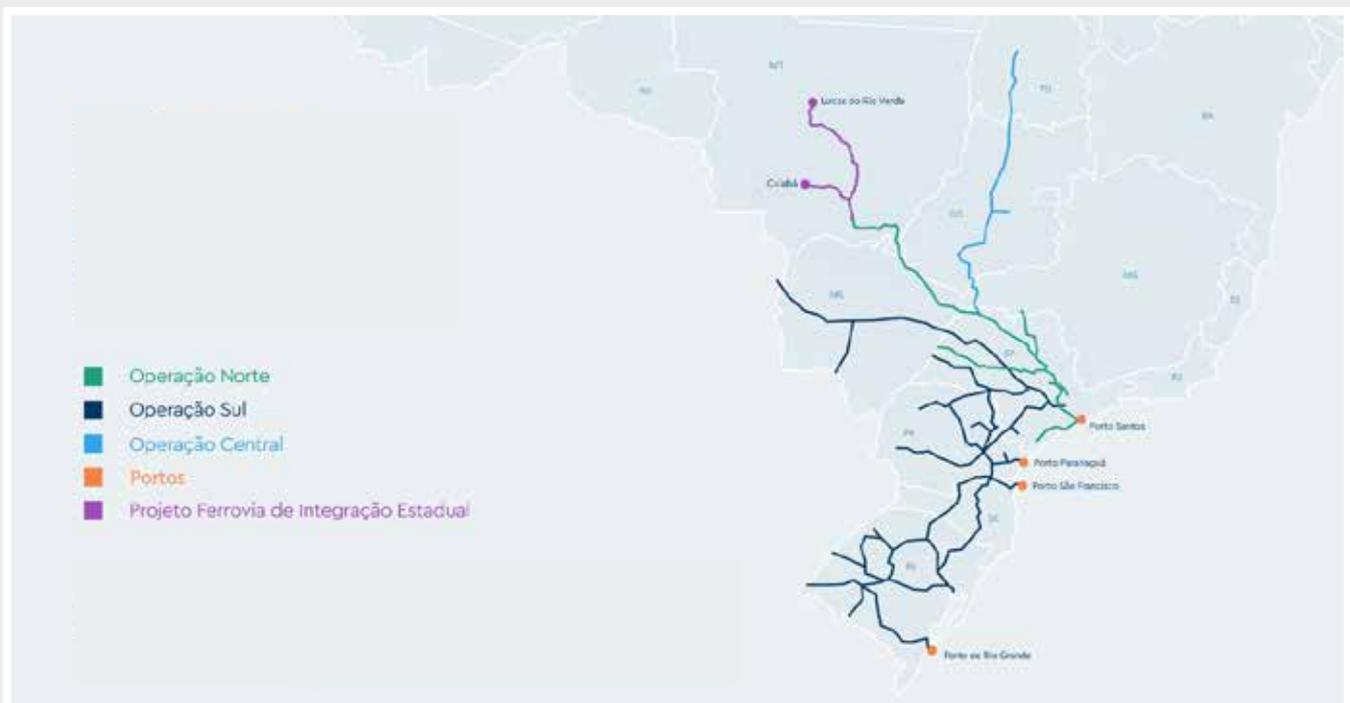


INTEGRAÇÃO MULTIMODAL: AINDA LONGE DA REALIDADE?

Integrar diversos modais de transporte, como ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, foi um dos tópicos mais discutidos durante a conferência. Esse processo é visto pelos presentes como essencial na facilitação do escoamento de produtos e no aumento da competitividade econômica da região. No entanto, ainda existem diversos obstáculos.

Um dos principais desafios é a **Malha Sul**, uma ferrovia com grande capilaridade na região, com operação concedida à **Rumo Logística**.

Atuação da Rumo nas ferrovias brasileiras



Fonte: Rumo Logística

Mais de 70% do traçado da Malha Sul possui curvas com raios inferiores a 250 metros, limitando a velocidade dos trens a 12 km/h em alguns trechos e comprometendo a eficiência operacional. Construída na metade do século passado, a Malha Sul necessita urgentemente de modernização, sendo que as enchentes deste ano pioraram uma situação que já não era a ideal.

A Rumo vem investindo em tecnologias que mitiguem riscos e tornem a ferrovia mais resiliente, porém ainda é cedo para dizer que estas tentativas estão sendo bem-sucedidas.

Outra peça-chave na integração multimodal é a **Ferroeste**, uma ferrovia estratégica que conecta Cascavel a Guarapuava, no Paraná, e se conecta com a Malha Sul.

A Ferroeste está passando por um processo de desestatização conduzido pelo governo do Paraná, que pretende transformá-la em uma corporação com participação privada majoritária, sendo que o estado ficaria com 10% a 15% da operação.

O objetivo é atrair investimentos, aumentando a capacidade de carga e a extensão ferroviária, conectando a Ferroeste com o Paraguai, Mato Grosso do Sul e com o Porto de Paranaguá, que, por sua vez, tem em andamento uma obra de **R\$ 600 milhões** para aumentar a capacidade de descarga **de 180 para 900** vagões por dia. A previsão é que essa obra seja concluída em dezembro de 2025, aumentando em **35%** a capacidade de movimentação do porto.



Fonte: Ferroeste

Com uma capacidade projetada de 50 milhões de toneladas por ano, essa nova extensão tornaria a Ferroeste uma das maiores ferrovias do Brasil.

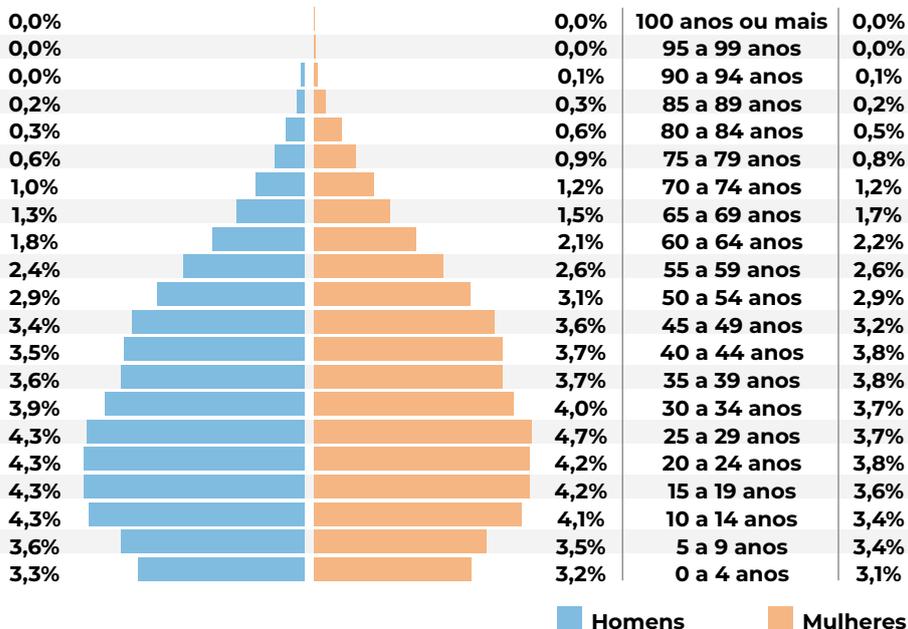
IMPLICAÇÕES DA QUEDA NO BÔNUS DEMOGRÁFICO

O bônus demográfico refere-se ao período em que a população economicamente ativa (PEA) é maior do que a população dependente, proporcionando uma oportunidade única para o crescimento econômico sustentado.

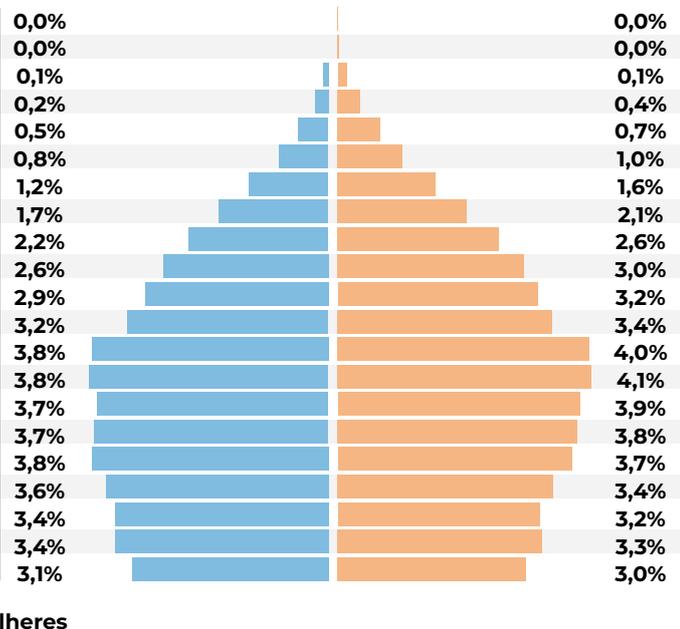
Historicamente, o sul do Brasil tem se beneficiado do bônus demográfico, com uma força de trabalho jovem e produtiva. No entanto, mudanças recentes indicam um rápido envelhecimento da população, resultando em uma redução da PEA e projetando uma perda progressiva do bônus demográfico, o que acarretará em:

- Redução da força de trabalho e mão de obra qualificada;
- Aumento nos custos de saúde e previdência;
- Desafios para a sustentabilidade econômica.

Pirâmide etária do censo de 2000 - Região Sul



Pirâmide etária do censo de 2022 - Região Sul



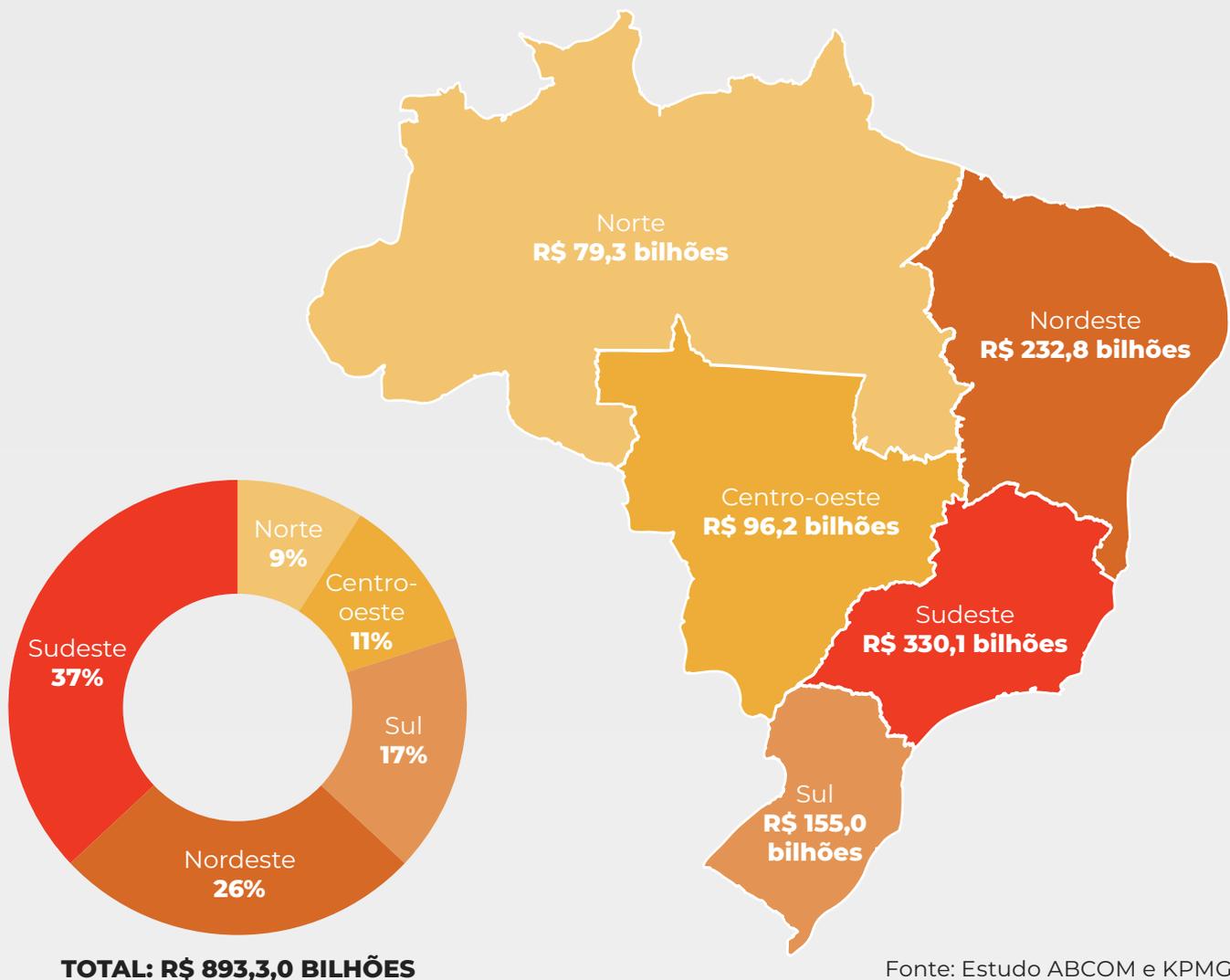
Fonte: IBGE

Nesse contexto, sugere-se um incremento do investimento, tanto público quanto privado, na área da educação, mais especificamente no setor de tecnologia, para lograr que, daqui a 10-15 anos, a baixa no bônus demográfico seja amortecida pela inovação.

SANEAMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO: NO CAMINHO PARA 2033?

A meta traçada em 2020 pelo Novo Marco Legal do Saneamento estabelece que, em 2033, **99%** dos brasileiros deverão contar com água tratada em suas torneiras, enquanto **90%** deles deverão ter acesso à coleta e ao tratamento de esgotamento sanitário. Para alcançar essa meta em todo o território nacional, estima-se um investimento necessário de **R\$893,3 bilhões**.

Investimento necessário para a universalização por região



Entretanto, existe uma preocupação do setor sobre se será ou não possível atingir essa meta, dado os avanços insuficientes nos últimos 4 anos, fruto de investimentos muito abaixo do esperado.

Mesmo com programas como o **PAC Seleções (Programa de Aceleração do Crescimento)**, que tem previsto de R\$20 - 30 bilhões para saneamento básico, existem obstáculos regulatórios e burocráticos que atrasam os prazos e prejudicam a curva de aprendizado dos projetos. A conformidade com as normas estaduais e a coordenação entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) são citadas como áreas problemáticas que resultam em aditivos e abandonos de licitação.

O debate, falando especificamente da região sul, destacou a necessidade de modelagens mais eficientes e estudos de viabilidade mais aprofundados.

Aparentemente, não existe uma modelagem ideal que se aplique a todos os casos, mas sempre dependerá da **relação risco x oportunidade** e da contemplação de todas as partes, sendo o **usuário final** o mais importante. Nesse sentido, é crucial garantir que a população da região em que se está querendo implantar um serviço tenha condições de pagar pela tarifa previamente estipulada, pois as comunidades mais vulneráveis são, comumente, aquelas que estão mais distantes de se beneficiar com os esforços para a universalização.



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) surgiu no debate como uma peça essencial na criação de sistemas de saneamento mais resilientes e, principalmente, integrados. Fato é que, quando há complementaridade entre o setor público e o privado, os projetos tendem a ser melhor estruturados. Para isto, o envolvimento dos governadores e chefes municipais com a pauta do saneamento é visto como essencial, pois sem isso o não atingimento da meta é uma certeza.

O **Paraná**, mais uma vez, foi destacado como o estado mais avançado em termos de cobertura de água e esgoto, prestes a alcançar a universalização - em grande parte devido aos investimentos realizados pela **Sanepar**.

Já **Santa Catarina** tem **52%** dos seus **295** municípios sem um sistema público de esgotamento sanitário, sendo que apenas **25,3%** dos catarinenses têm acesso à coleta de esgoto.

No **Rio Grande do Sul**, também não houve grandes avanços na universalização de 2020 para cá (cerca de 1% ao ano) e, agora, devido às enchentes, todo o sistema se encontra gravemente comprometido. Paralelamente, a integração de sistemas de água e esgoto em Porto Alegre está sendo estudada, utilizando excedentes de concessões para investimentos em drenagem e resiliência climática.



COMO GARANTIR EFICIÊNCIA NA INFRAESTRUTURA SOCIAL?

As PPPs na área da saúde e da educação emergiram como uma alternativa aos desafios estruturais que normalmente esses setores enfrentam, não apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo. Através delas, é possível suprir as lacunas deixadas pelo setor público e proporcionar serviços essenciais com maior eficiência e qualidade. A seguir, alguns destaques durante a sessão sobre a implementação deste modelo na região sul:

• Santa Catarina

Joinville: A terceira maior economia do sul do Brasil, com índice de desenvolvimento aumentando dois dígitos ao ano, mesmo na pandemia, apresenta o desafio de suprir as necessidades educacionais da população, que cresce em um ritmo acelerado.

Nesse contexto, existem cerca de **16 projetos** de educação pública envolvendo parceiros privados, que preveem a construção de **27 novas escolas**. Este modelo promete ser eficaz ao permitir que o setor público se concentre na qualidade do ensino, terceirizando a responsabilidade da construção e manutenção dos prédios para a iniciativa privada.

São José: Um projeto com CAPEX de R\$1,4 bilhão para a construção de um Complexo Hospitalar na cidade está em desenvolvimento visando melhorar a infraestrutura de saúde na região e proporcionar serviços médicos avançados para a população local.

Este projeto é especialmente relevante considerando que a maior parte dos municípios brasileiros têm **menos de 50.000 habitantes**. A construção de grandes complexos hospitalares em áreas estratégicas é um modelo que pode ser replicado, possibilitando o acesso da população a serviços especializados que pequenas cidades não têm capacidade de suportar de forma individual.

• Paraná

O estado está implementando um modelo de terceirização da gestão administrativa de **200 escolas**, além de contratar empresas especializadas em gestão hospitalar para administrar hospitais públicos. Este modelo de “pagamento por procedimento” pretende baratear os custos e aumentar a qualidade dos serviços prestados.



• Rio Grande do Sul

As PPPs no Rio Grande do Sul incluem tanto o setor de educação quanto o de saúde, mas existe um desafio na parte da estruturação dos projetos que resulta em prejuízos para a população e para as partes envolvidas. Nesse sentido, o programa **Impulsiona RS** surge como uma alternativa para preencher essa lacuna.

Através de análises de previsibilidade e consultorias especializadas que fornecem apoio técnico em diversas etapas do projeto, desde a concepção e planejamento inicial até a estruturação final e implementação, o estado está buscando ampliar a colaboração privada no desenvolvimento de infraestrutura e, agora, na reconstrução das áreas afetadas pelas enchentes.



Paralelamente, a importância de acompanhar o ciclo político também foi destaque entre os executivos.

“O ciclo de vida dos projetos de estruturação de PPPs necessariamente tem que conversar com o ciclo político, pois não adianta começar um projeto em um mandato de prefeito ou governador e terminar no mandato seguinte; há um risco enorme de haver descontinuidade no projeto, então essa é uma lição aprendida pelo BNDES”.

À vista disso, a partir de 2025 o banco dará início a **7 novos projetos de educação básica**, com possibilidade de expansão. O banco lançou em junho uma chamada para empresas de consultoria interessadas em participar, ainda disponível no site do BNDES.

PPP NÃO É FACILITIES E REQUER AMPLA COORDENAÇÃO

Durante a sessão, também foi enfatizada a necessidade de distinguir as PPPs de contratos de facilities, como aqueles que visam manutenção de prédios ou serviços administrativos. Esses serviços, embora essenciais, não têm a mesma abrangência e impacto de uma PPP, e tratá-los da mesma forma pode contribuir para o aumento de uma dificuldade já existente no que se refere à estabilidade regulatória e à comunicação eficiente.

Enquanto PPPs envolvem a coordenação de diversos setores para a execução de projetos de grande escala, que incluem a construção, operação e manutenção de infraestruturas críticas, incluindo análises detalhadas, como estudos de impacto, viabilidade, modelagens financeiras e garantias de sustentabilidade a longo prazo, os contratos de facilities geralmente têm um escopo mais limitado e não enfrentam os mesmos desafios legais.

Portanto, para que as parcerias em infraestrutura social sejam tão bem-sucedidas como em outras áreas, tais como iluminação pública ou mobilidade, sugere-se um foco maior em:

- **Capacitação técnica:** A importância de capacitar os gestores públicos e técnicos envolvidos nos projetos, dado o nível de especialização de áreas como saúde e educação.
- **Engajamento comunitário:** Envolver a comunidade local no planejamento e na execução dos projetos, combatendo o preconceito da população com o envolvimento privado na prestação de serviços públicos.
- **Transparência e boa governança:** Estabelecer mecanismos claros e universais para assegurar que os projetos sejam conduzidos de forma ética, minimizando riscos de corrupção e má gestão.





GRI INFRA BONDS

O GRI Infra Bonds é o primeiro encontro exclusivo do Club para o mercado de debêntures em infraestrutura e energia e nasce da necessidade de promover um diálogo aberto e construtivo sobre o papel vital que as debêntures desempenham no financiamento desses projetos no Brasil.

Ao reunir os principais players do mercado, buscamos catalisar soluções inovadoras que impulsionem o desenvolvimento sustentável e a resiliência do setor.

14 DE AGOSTO | SÃO PAULO

MAIS INFORMAÇÃO

GRI Club

Fundado em 1998 em Londres, o GRI Club atualmente reúne mais de 16.000 executivos seniores em 100 países, atuando nos mercados de Real Estate e Infraestrutura.

O modelo inovador de discussão do GRI Club permite que todos os executivos participem livremente, promovendo a troca de experiências e conhecimentos, networking e geração de negócios.

Os membros do Club também têm acesso a uma plataforma exclusiva para visualizar mais informações sobre os executivos e suas respectivas empresas, organizar reuniões e ter acesso irrestrito a todo o nosso conteúdo.

MAIS INFORMAÇÃO SOBRE GRI CLUB INFRA



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org

GRI Club

— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org